



UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS PRIMEIROS MESES DE GOVERNO DILMA ROUSSEFF

*Karl Schurster¹ e
Francisco Carlos Teixeira²*

Notas introdutórias

Desde a campanha eleitoral para o cargo de presidente da República, no segundo semestre de 2014, o Brasil tem frequentado sistematicamente os noticiários internacionais. Alvo de muitas especulações sobre os rumos da política interna e externa, a campanha eleitoral foi marcada por uma crescente polarização da sociedade brasileira entre aqueles que se posicionaram a favor da continuidade do governo, reconhecendo a importância da inclusão social e do combate à pobreza, e aqueles que pregavam a ruptura do *status quo*, mediante a afirmativa de que o Partido dos Trabalhadores tinha aparelhado a máquina pública a seu favor em detrimento daquilo que o sociólogo alemão Robert Michels tinha identificado como auto-conservação do poder. Tivemos uma eleição conturbada, com muitos debates, uma agenda longa e oriunda de pautas reivindicatórias das jornadas de junho de 2013, que mais do que apresentar um *leitmotiv*, um motivo condutor comum, escancararam quão diversa é a sociedade brasileira e o quão dispare são suas necessidades e reivindicações. O historiador inglês Hobsbawm, em livro publicado postumamente, *Tempos Fraturados*, alertara para a ideia de

¹ Pós-doutor em História. Doutor em História Comparada pela UFRJ e professor da Universidade de Pernambuco e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco.

² Pós-doutor em História pela Universidade Livre de Berlim e pela Universidade Técnica de Berlim. Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



que no século XXI perdemos uma sociedade que se organiza através de manifestos, como os grandes exemplos do século passado. O manifesto foi substituído pela causa e, como toda causa, possui um número menor de adeptos que tentam transformar suas pautas pessoais em questões nacionais. Nesse aspecto, as jornadas de junho de 2013 que supostamente tinham ecoado por conta do aumento de 0,20 centavos na tarifa dos ônibus, reverberaram em diversas causas, todas em buscas de representação e legitimação.

O resultado das eleições presidenciais foi efetivamente apertado, estamos falando de 51,64% de votos para Dilma Rousseff contra 48,36% para o candidato da oposição Aécio Neves e, somado a isso, a formação de uma câmara de senadores amplamente desfavorável. Esse cenário já mostraria um horizonte de expectativas turbulento, com perspectivas de embates significativos para os rumos da política nacional. Assim, não chegou a ser uma grande surpresa as manifestações em praticamente todas as capitais da federação com bandeiras anticorrupção, anti-Partido dos Trabalhadores e mesmo com faixas anti-Dilma, solicitando o impedimento legal da presidenta. Com essa pequena margem de diferença de votos seria natural que as pressões sociais para com o governo fossem expressivas e ganhassem as ruas nos primeiros meses de mandato. Contudo, diversos escândalos envolvendo a mais importante empresa estatal do país a Petrobras e a prisão, no mês de abril, do ex-tesoureiro do Partido da presidenta, João Vaccari Neto, acusado de corrupção ativa, potencializaram as insatisfações contra o governo levando a presidenta a uma queda vertiginosa no seu índice de popularidade.

As manifestações, amplamente divulgadas pela imprensa nacional e internacional, da qual apenas se tem uma média imprecisa de participantes porque o contrassenso entre os números das organizações locais, dos institutos de pesquisa e mesmo da polícia, nem de longe apresentam uma congruência, por mais que parecessem homogêneas, possuíam bandeiras bastante distintas: o *Movimento Brasil Livre* (MBL) e os *Revoltados Online* pregaram o impeachment da presidenta; o grupo *Vem pra Rua* não foi a favor



do impeachment, porém pregou mais engajamento da população no combate a corrupção; o *SOS Forças Armadas* pedia diretamente uma intervenção militar, que no caso do Brasil fere radicalmente os princípios da constituição de 1988. As reivindicações também foram focalizadas em diversificadas questões, desde combate à corrupção na Petrobras até outros setores da gerência pública. Há os que caminharam para a discussão sobre redução da maioria penal (que está avançada no congresso e, pasmem, está sendo desenvolvida pela chamada *bancada da bala*, frente parlamentar composta por políticos ligados a indústria de armas, policiais e ex-policiais e militares). Outro setor se manifestou contra o medo da volta da inflação, que se apresentou de forma bem clara no início do ano com o aumento do custo de vida, e os que vão de forma corporativa defender questões pontuais, em áreas de interesse geral como saúde, educação, segurança e infraestrutura.

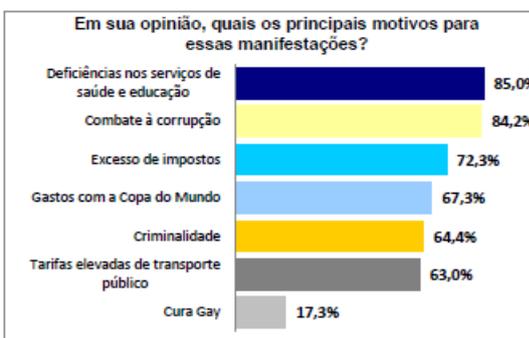
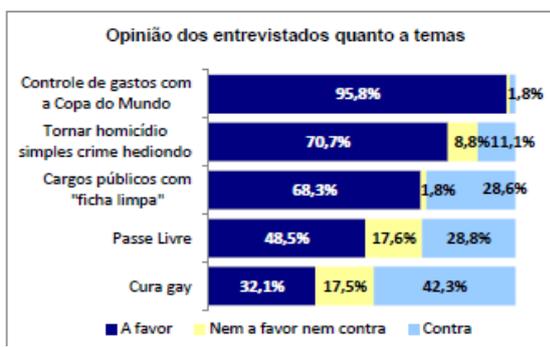
Os números do governo, em recente pesquisa (01/04/2015), mostram que a gestão da presidenta Dilma Rousseff apresentou o pior índice de popularidade para o primeiro trimestre de um segundo mandato, se comparado com o mesmo período dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A pesquisa Ibope, encomendada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) no mesmo dia, apontou que apenas 12% dos entrevistados consideram o governo Dilma “ótimo” ou “bom”, que possuía 40% de aprovação no levantamento anterior, feito em dezembro de 2014³. Essa queda em sua popularidade foi registrada dias após centenas de milhares de pessoas protestarem nas ruas em todo o país. O governo também está desgastado com os escândalos de corrupção, especialmente na Petrobras e a dificuldade na melhora dos índices econômicos do país, que negocia com dificuldade um ajuste fiscal e uma transição política, liderados por Joaquim Levy (Ministro da Fazenda) e Michel Temer (vice-presidente) respectivamente, por indicação da presidenta.

³ Ver: UOL NOTÍCIAS, 01 de Abril de 2015. *Só 12% veem governo Dilma bom ou ótimo; no mesmo período, Lula tinha 49%, e FHC, 22%*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/04/01/dilma-tem-a-pior-aprovacao-de-comeco-de-mandato-desde-lula-e-fhc.htm> Acesso em 28/04/2015.



Em reportagem publicada pelo sítio eletrônico UOL no dia 01 de abril de 2015, o gerente-executivo da Unidade de Pesquisa e Competitividade da Confederação Nacional da Indústria - CNI, Renato da Fonseca afirmou: “Esse número baixo de aprovação pode estar sendo inflacionado pelas manifestações. Não me surpreenderia se os índices positivos apresentassem uma melhora na próxima pesquisa de junho”. Fonseca desenvolve a afirmação mostrando que, após as manifestações de junho de 2013, a aprovação do governo apresentou queda e que a piora dos índices econômicos e de emprego ajudam a explicar a queda da popularidade da presidenta⁴.

Dilma apresenta pior índice de avaliação na maneira de governar em relação a seus antecessores, com 19% de aprovação, enquanto que Lula e FHC apresentavam, no mesmo período de mandato, 65% e 35% respectivamente. A avaliação pessoal da presidenta também é menor do que os anteriores, conforme pesquisa apresentada pelo IBOPE em que apenas 24% dos entrevistados afirmaram confiar em Dilma Rousseff. No começo do segundo mandato, Lula tinha 62% de confiança do eleitorado, e FHC, 40%. Levando em consideração os números da presidenta entre 2011 e 2014, os índices sofreram uma inversão: ela iniciou os primeiros quatro anos com 74% de índice de confiança da população, o mesmo índice apresentado como falta de confiança no início de 2015. Segundo declarações de Fonseca, a



⁴ Idem.



popularidade de Lula ao término de seu mandato proporcionou a confiança no início do governo Dilma⁵.

Não há dúvidas de que a população brasileira tem se mostrado mais ativa e participante da vida política do país. A história recente do Brasil tem mostrado como a população tem se pronunciado em relação a temas de interesse geral. As manifestações de 2013 representaram as insatisfações da população não somente com as estruturas de poder estabelecidas, mas também com as instituições, consideradas pouco relevantes e muitas vezes não representativas por parte da sociedade.

As manifestações de março e abril de 2015 também representam um interessante espaço para o exercício da democracia que se apresenta como o único sistema político capaz de comportar as diferenças. Por mais que tenham ocorrido em todo o Brasil, sua intensidade foi diferenciada em detrimento da região e da capilaridade política do partido da presidenta e da base aliada. Nesse aspecto, a maior repercussão se deu no Estado de São Paulo, onde milhares de manifestantes foram à avenida paulista, muitos solicitando o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Em pesquisa realizada pelo *Datafolha*, instituto ligado diretamente ao periódico *Folha de São Paulo* apontou que 77% dos manifestantes pediram o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, porém, apenas 44% acreditavam que ela poderia realmente ser afastada do cargo. O perfil do público participante das manifestações, segundo o mesmo instituto, variou majoritariamente, no que tange a renda, entre mais de três e menos de vinte salários mínimos o que corresponde, por si só, uma parcela específica da sociedade. Desta forma, constatamos o quão complexo foi o resultado das eleições presidenciais: a parte mais expressiva dos manifestantes que estavam na avenida paulista declarou tacitamente que votou no candidato Aécio Neves no segundo turno das eleições presidenciais (incluindo pessoas famosas, como o ex-jogador de futebol Ronaldo, que trajou camiseta com o slogan “A culpa não é minha, eu votei no Aécio”, que passou a ser vendida para todo o país). Nesse sentido, as declarações de parte

⁵ Idem.



considerável da mídia brasileira de que o Brasil virava as costas para o governo instituindo uma crise profunda de legitimidade do governo não se correspondia. Naturalmente estavam nas ruas manifestantes que não votaram na presidenta Dilma e que não se sentiam representados pelo atual governo. Não seria de se estranhar que os mesmos se dispusessem de forma ativa e quantitativa contra o Partido dos Trabalhadores e a figura da presidenta não só porque não tinha sido seus eleitores diretos, mas também pela quantidade considerável de escândalos de corrupção que assolaram e assolam o Brasil, derrubando a confiança em instituições sólidas e bem avaliadas pela população como no caso da Petrobras.

Não podemos avaliar o imaginário de uma população tão complexa e cosmopolita como o Brasil apenas pela representação de São Paulo, tampouco a consciência política de uma população se resume a sua ação direta nas ruas através de atos e manifestações. Em pesquisa recente (abril de 2015) o *Dataseado*, em parceria com a Universidade de Columbia, EUA, apontou que a população brasileira se encontra em alto nível de preocupação com a degradação do meio ambiente, preferindo uma energia mais limpa (como a eólica e a solar), mesmo que isso represente um aumento substantivo na conta de luz. Assim, há indícios de uma população mais vigilante, dividida entre pequenos grupos com causas próprias, seja ela a defesa do meio ambiente, os direitos civis da união homoafetiva, a redução da menoridade penal ou a PEC da terceirização. A própria diversidade das pautas reivindicatórias expõe o quanto será necessária a reafirmação da política como forma de promoção do diálogo procurando através de um inventário das diferenças um caminho em que todos possam se encontrar, inclusive o próprio governo.

Desafios para uma economia que se propõe inclusiva

Malgrado todos os problemas institucionais que o Brasil vive nos últimos seis meses, desde a campanha eleitoral, poucos são os que se arriscam a



criticar a ampliação massiva da inclusão social iniciada na gestão do ex-presidente Lula e continuada no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff. Porém, com a mudança de contexto e a economia brasileira dando fracos sinais de recuperação a curto prazo, o que se mostrava como uma marca política do Partido dos Trabalhadores, tem se tornado uma preocupação constante levantando questionamentos sobre quanto tempo mais o governo terá condições de manter as políticas sociais a pleno vapor, sem com isso, comprometer as contas públicas. Nesse aspecto, o anúncio do retorno ao desenvolvimentismo, pensado pelo governo Lula da Silva, começou a apresentar limites claros e objetivos. Nos últimos dez anos, o Brasil presenciou uma expansão considerável no que concerne ao aumento de consumo das famílias, particularmente daquelas cujas rendas estão ligadas a tipos de ocupação que direta ou indiretamente possuem vinculação com o salário mínimo. Essa expressiva modificação na estrutura social brasileira foi estudada pelo pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Carlos Aguiar de Medeiros, no livro recém publicado (2015), *Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira*, em que o autor retoma os debates sobre o atual momento do desenvolvimento brasileiro, procurando mostrar aspectos lineares da última década, construindo análises de padrões de desenvolvimento e limites apresentados por esse modelo, especialmente em dois aspectos: baixo nível de investimento e crescente déficit nas transações correntes do balanço de pagamento. Nesse sentido, alguns desafios são lançados para que a proposta de continuação de uma economia inclusiva possa ser mantida ou mesmo ampliada:

- I. Aumentar a competitividade da indústria sem comprometimento da elevação do salário real;
- II. Ampliar a produtividade e reduzir os custos dos bens não comercializáveis, particularmente habitação, transporte e saúde;
- III. Reduzir o custo de vida tentando encontrar um equilíbrio entre o bem-estar do trabalhador e a retomada da competitividade industrial.



Muitos políticos e analistas tem ido a público afirmar que 2015 é um ano para se passar sem ser notado. Contudo, os dados da economia do Brasil não permitem, em larga medida, que esse conturbado ano passe despercebido. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) informou em 14 de abril que o crescimento das vendas do comércio varejista para o ano de 2015 será de alta nas vendas de apenas 0,3%, em detrimento da previsão anterior que era de 1,0%, já considerada baixa por muitos economistas⁶. O mesmo instituto também mediu o índice de confiança do empresariado do comércio (ICEC), como um indicador para detectar tendências sobre o ponto de vista do empresariado em relação a economia brasileira e os gráficos nos mostram uma queda vertiginosa ao longo de alguns anos:

Índice de Confiança do Empresário do Comércio – 2011 a 2014



Fonte: Confederação Nacional de Comércio

Esses dados demonstram uma considerável perda de confiança do empresariado do comércio na economia brasileira, oriunda de uma perda de competitividade e esfriamento do comércio varejista, que em 2014 teve seu pior ano, comparado aos últimos onze. O problema considerado mais grave não está propriamente nos resultados até fevereiro de 2015, mas no horizonte de expectativas, que não prevê, um retorno ao nível considerado bom ou alto num curto prazo, isso tem reduzido sistematicamente os investimentos nessa

⁶ CNC reduz expectativa de crescimento do comércio em 2015 de 1% para 0,3%. Disponível em: <http://brasileconomico.ig.com.br/brasil/economia/2015-04-14/cnc-reduz-expectativa-de-crescimento-do-comercio-em-2015-de-1-para-03.html> Acesso em 28/04/2015.



área da economia. Estes dados, de uma área específica da economia brasileira, podem ser comparados a uma percepção oriunda de um panorama desenvolvido pelo BNDS em dezembro de 2014 sobre investimentos realizado e também um horizonte de expectativas para o intervalo 2015-2018.

Os dados mais recentes (www.orcamentofederal.gov.br) afirmam que últimos anos foram favoráveis a economia brasileira, mas que o atual momento demanda cuidado e atenção, especialmente no que tange a capacidade real de ampliação da capacidade de competitividade da nossa indústria. Os grandes investimentos indicados, através de um conjunto de políticas públicas, foram capazes de diminuir consideravelmente a desigualdade no âmbito social e regional. Algumas ações estratégicas foram fundamentais para que essa redução de desigualdade fosse possível:

- I. Expansão do crédito e a melhoria dos níveis de renda;
- II. Crescimento do ritmo da atividade econômica com estabilidade de preços;
- III. Consolidação do Brasil como importante destino de investimento;
- IV. Aprofundamento das relações comerciais com diversos países da América Latina e da Ásia) e a elevação dos níveis do investimento público e privado, com destaque para os programas mantidos pelo Governo Federal. É o caso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa de Investimentos em Logística (PIL), o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e o Pré-Sal.



No que concerne à infraestrutura, as maiores taxas de crescimento devem estar voltadas para os setores logísticos, prioritariamente em portos, ferrovias e aeroportos. Na indústria o crescimento estimativo real de 3,5% a.a. estará sendo impulsionado pelo setor de Petróleo e Gás, não deixando de lado setores como o complexo industrial de saúde e aeroespacial. Contudo, os setores intensivos de capital deverão apresentar queda substantiva em detrimento de um menor dinamismo no setor, baixa da demanda em escala mundial e dificuldades em ampliação da capacidade produtiva do país. É necessário, também, dar destaque ao Programa de Investimento em Logística

(PIL) que trabalha sistematicamente com concessões através de parceria público-privada. Há uma perspectiva de que a área de telecomunicações e o complexo eletrônico envolvido sejam impulsionados nos próximos anos com a introdução de novas tecnologias. O complexo industrial de saúde deve apontar perspectivas de investimento nos setores de medicamentos biotecnológicos, despontando como uma das áreas de ponta do Brasil. O setor aeroespacial, impulsionado pela Embraer, trabalha sistematicamente no desenvolvimento de novas gerações de aviões comerciais e apresenta novidades importantes na

Tabela 1: Perspectivas do investimento 2015-2018
(posição em novembro de 2014)

Setores*	Em R\$ bilhões de 2014 (1º sem.)		Variação (em %)
	2010-2013	2015-2018	
Petróleo & Gás	358	509	42,1
Extrativa Mineral	44	40	(8,0)
Automotivo	58	59	0,4
Papel & Celulose	20	21	2,5
Indústria Química	22	22	2,6
Siderúrgico	20	12	(38,5)
Complexo Eletrônico	22	28	25,9
Complexo Indust. da Saúde	8	13	57,0
Aeroespacial	4	12	187,0
Alimentos	58	49	(15,8)
Sucroenergético	41	25	(40,5)
Demais da Indústria	112	121	8,0
Indústria	767	909	18,5
Elétrico	191	192	0,5
Telecomunicações	102	141	37,8
Infraestrutura Social	53	87	64,6
Rodovias	62	80	29,1
Ferrovias	23	45	98,9
Portos	15	36	141,0
Aeroportos	11	16	49,5
Infraestrutura	457	598	30,8
Residências	810	963	19,0
Agricultura & Serviços	1.469	1.631	11,0
Total	3.502	4.101	17,1

Fonte: Comitê de Análise Setorial/BNDES.

* Setores só com dados de perspectivas para 2015-2018: Bebidas (Indústria) – R\$ 32 bilhões; Resíduos Sólidos Urbanos (Infraestrutura) – R\$ 5 bilhões.



indústria de defesa, como é o caso do cargueiro militar KC-390. A questão social, que se apresenta como principal marco da gestão do Partido dos Trabalhadores deve priorizar os investimentos em mobilidade urbana, com maior ênfase na ampliação do sistema de metrô, adoção de veículos leves sobre trilhos (VLT) e do *Bus Rapid Transit* (BRT).

Em suma, por mais que os projetos citados demandem boas expectativas em relação a sua execução e seu impacto na economia, o montante financeiro destinado a esses investimentos ainda necessitam de ampliação e demonstra ser ainda menor em 2015 do que as projeções indicavam. É perceptível uma mudança de rumos nos investimentos que estão mais voltados para um planejamento que comporte mais aporte para as áreas de tecnologia e menos em capital. Nesse aspecto, os desafios que se colocam como imediatos e prioritários são:

- I. Explorar petróleo em águas profundas;
- II. Beneficiar o minério de ferro, reduzindo o impacto sobre o meio ambiente;
- III. Desenvolver a chamada química verde, através de novas rotas de produção;
- IV. Investir massivamente em telecomunicações;
- V. Diversificar a matriz energética em direção a novas fontes de energia,
- VI. Implementar novas soluções para o transporte urbano.

Num cenário econômico adverso e num ambiente político também pouco favorável as demandas da gestão governamental, não será surpresa se essas perspectivas sofrerem consideráveis alterações no decorrer de sua implementação. Os desafios estão postos! Cabe agora ao governo e a base aliada, hoje enfraquecida e sem unidade, conseguir fazer a articulação necessária para que a profecia de Stefan Zweig não se concretize e o Brasil continue sendo, um país do futuro.



Dilma saiu do purgatório?

Cumpridos quase quatro meses da posse, já se pode ter uma visão mais exata, malgrado o quadro fluido, do segundo mandato de Dilma Rousseff. A fixação da oposição formal - PSDB, DEM, PPS e outros - no impedimento presidencial, recua, com grandes figuras - como FHC e José Serra - se desolidarizando da empreitada. O movimento de rua, embora ruidoso, mostrou-se menos robusto que o esperado. Por outro lado, a oposição “informal” - o PMDB de Eduardo Cunha e as suas “bancadas” da Câmara - mantém uma posição muito mais desgastante e agressiva em relação ao governo que a própria oposição. Mas, isso também tem um preço. A pauta “autônoma” do Presidente da Câmara - considerada por setores progressistas da sociedade brasileira como “regressista” ou mesmo francamente inaceitável (como o novo Estatuto da Família, a PEC da Terceirização, as ameaças de rejeição da política de austeridade de Joaquim Levy), acabou por deslocar o foco de críticas e polêmicas da presidenta para a própria câmara. Dilma e sua equipe acabaram por acolher o pomposo protagonismo de Cunha como bem-vindo, deixando o presidente da Câmara - sob investigação da PF por participação em atos de corrupção - com todo o peso de contrariar setores influentes da opinião pública, desde os sindicatos até o movimento gay. O experimento de Cunha, como um “primeiro-ministro fantasma”, anulando a figura da presidenta e paralisando o governo na busca de assumir, de fato, a dinâmica política, foi bastante ingênuo. Num país de tradição presidencialista e de instituições dependentes do Poder Executivo era uma questão de tempo, e de pouco tempo, para Cunha acabar sofrendo derrotas e expondo-se de forma bastante negativa. O Palácio do Planalto esperou por isso com uma paciência imprevista.

A atuação de Michel Temer como novo articulador do governo - depois da passagem por tal função de figuras pálidas - já rende resultados, como a mobilização do Senado Federal, com Renan Calheiros à frente, contra Cunha, buscando o isolamento do hiperativo deputado. Seu desempenho à frente da



PEC da Terceirização o elevou ao papel, duvidoso, de defensor de elites e de grupos empresariais, oportunidade bem aproveitada pelo PT para sair de sua letargia e mobilizar o que lhe resta do movimento popular.

Ao mesmo tempo, o período entre fim de março e início de abril produziu uma série de fatos novos, entendidos como uma agenda positiva: criação de alguns milhares de novos empregos, melhoria da situação da Petrobrás e manutenção do grau de investimento do país, além da retomada do programa de concessões em infraestrutura. Ao mesmo tempo, Lula da Silva começou uma ampla campanha de exposição na mídia, mais uma vez substituindo a imagem desgastada do PT por sua própria imagem, ainda capaz de mobilizar vontades acima dos partidos. Assim, Lula consegue, também, desfocar a crítica de Dilma e lançar o debate para 2018, além de produzir um frio na espinha das oposições.

Não podemos garantir que seja uma inflexão, uma tendência em curso e que Dilma tenha saído do purgatório em que se encontrava desde janeiro de 2015. Bem pode ser, tão somente, uma pausa e mais novidades ruins podem aparecer. Contudo, sem qualquer dúvida, esta foi a melhor semana, longa, de Dilma Rousseff neste ano.

Fontes para pesquisa sobre a história do Brasil no tempo presente

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2015. 174 p.

Livro recém publicado com informações relevantes sobre a economia brasileira com ênfase no crescimento e padrões de consumo. Contém elementos fundamentais para o aprofundamento do atual projeto de desenvolvimento do Brasil.

<http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/>

O DataSenado é um serviço da Coordenação de Controle Social (COCTRS) vinculado à Secretaria de Transparência, cujo objetivo é o desenvolvimento de pesquisas de opinião e comportamento sobre diversos aspectos da



sociedade, Estados e demais instituições brasileiras. As pesquisas podem ser sugeridas pelos senadores para investigação de algum assunto em especial.

NERY, P. F.; SILVA, R. S. Comportamento dos Partidos Políticos no Senado Federal: um mapeamento da Legislatura 2011-2014. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Janeiro/2015 (Boletim do Legislativo nº 19, de 2015). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 19 jan. 2015.

Artigo publicado este ano no Boletim do Legislativo, núcleo de estudos e pesquisa da consultoria legislativa responsável por fomentar e difundir a publicação de trabalhos que contribuam para a avaliação, criação e implementação do legislativo, assim como das políticas públicas debatidas no Congresso Nacional brasileiro.

www.datafolha.com.br

O Datafolha é um instituto de pesquisa vinculado ao grupo empresarial Folha. O instituto é responsável pelo levantamento de dados estatístico, assim como, são responsáveis pela realização de pesquisas eleitorais, pesquisas de opinião e de mercado, que atendem ao grupo empresarial e a clientes externos. Não sendo suas pesquisas, exclusivas de governos, partidos ou candidatos políticos.

<http://www.ibge.gov.br/home/>

Instituto público oficial de estatísticas. Publica rotineiramente dado sobre a sociedade brasileira nas mais diversas áreas da sociedade, política e economia.

<http://www.ipea.gov.br/portal/>

Fonte fundamental de pesquisas aplicadas a economia brasileira. O IPEA é uma fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais - possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro - através de pesquisas e estudos.

<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/>



Portal da Confederação Nacional das Indústrias onde é possível encontrar dados atualizados sobre a produção industrial brasileira e áreas afins.

<http://www.cnc.org.br/>

Site oficial da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo com dados e informações atualizadas sobre o setor comercial brasileiro.